

# A Mobilização Empresarial pela Inovação: Desafios da Inovação no Brasil



Rafael Lucchesi  
25/05/2011



CNI e vários líderes empresariais  
fizeram um balanço crítico da  
agenda empresarial em inovação

# MEI 2008 2009



**Avaliação:** apesar de muitos avanços,  
o tema inovação estava restrito à  
academia e à gerência intermediária  
das empresas

**Era necessário mobilizar a alta  
direção das empresas para a agenda  
da inovação**



## O que é a MEI?

Movimento de empresários e altos executivos das empresas com o desafio de construir uma agenda afirmativa para inovação no Brasil



1. A agenda de inovação evoluiu, mas há muito o que fazer quanto ao foco e a efetividade da política de inovação

2. A inovação é essencialmente uma agenda empresarial. É uma contingência da competição nos mercados

3. A agenda de inovação requer apoio das empresas e dos altos executivos para avançar mais rapidamente

1. Fazer da inovação tema prioritário para a alta direção das empresas;

2. Estimular o protagonismo dos líderes empresariais na agenda de inovação;

3. Contribuir para a estruturação da Iniciativa Nacional pela Inovação;

4. Reproduzir na agenda de inovação o êxito de mobilização privada no tema da qualidade (PBQP);

5. Aprimorar as políticas públicas de apoio à inovação, focando-as nas necessidades do setor privado



**DESAFIOS**



# Agenda de Trabalho da MEI

1. Atração de Centros de P&D
2. Internacionalização de empresas - presença brasileira no exterior
3. Propriedade Intelectual - cultura e melhoria da infraestrutura pública
4. Recursos humanos – ênfase em engenharia, “ciências-duras” e ensino técnico
5. Marco Legal de Inovação – aprimorar os incentivos à inovação
6. Apoiar projetos estruturantes e P&D em grande escala
7. Projetos de P&D Pré-Competitivo – definir instrumentos de apoio
8. PMEs – reduzir os diferenciais de produtividade entre grandes e PME
9. Inovar para o mundo – articular inovação e comércio exterior
10. Programas Setoriais de Inovação – políticas por setores e cadeias (PDP)



# 1. Atração de Centros de P&D

- ✓ Ter uma conduta ativa na atração de atividades de P&D de empresas transnacionais, prospectando oportunidades;
- ✓ Implantar a Sala de Inovação como fórum de políticas específicas de atração de centros de P&D para o país;
- ✓ Fortalecer o ambiente institucional, político, educacional, bem como melhorar as condições macroeconômicas, para tornar o Brasil um país atrativo para multinacionais investirem em P&D.

## 2. Internacionalização das Empresas

- ✓ Fomentar a internacionalização das empresas brasileiras, como mecanismo de melhoria de nossa inserção internacional;
- ✓ Apoiar a compra de ativos no exterior, como forma de abreviar a trajetória de criação de capacitação tecnológica das empresas;
- ✓ Dar incentivos a investimentos em P&D no exterior que sejam complementares aos realizados pelas empresas brasileiras no país.

### 3. Propriedade Intelectual

- ✓ Aparelhar o INPI para poder reduzir o prazo de concessão de patentes e outros registros de propriedade intelectual;
- ✓ Modernizar o INPI de forma a operar com padrões de eficiência dos escritórios mais avançados de propriedade intelectual do mundo;
- ✓ Fortalecer a cultura de propriedade intelectual, com ações voltadas especialmente para PME.

## 4. Recursos Humanos

- ✓ Dar grande ênfase ao ensino superior em engenharia e “ciências-duras”, com programas emergenciais e de grande escala para a graduação;
- ✓ Ampliar significativamente o ensino técnico e tecnológico no país;
- ✓ Inserir conteúdo e práticas de empreendedorismo e inovação, do ensino fundamental à pós-graduação;
- ✓ Facilitar a mobilidade de recursos humanos qualificados, com a atração de pessoal qualificado e o envio de jovens ao exterior.

## 5. Marco Legal para Inovação

- ✓ Reduzir a insegurança nos incentivos da Lei do Bem: (Instrução normativa da SRF que esclareça procedimentos) e ampliar o escopo das empresas potencialmente elegíveis (lucro real para presumido);
- ✓ Aprimorar a subvenção: adequar contrapartidas, admitir despesas de capital; operar o FUNTEC no apoio às empresas; rever as prioridades;
- ✓ Otimizar e ampliar programas estruturantes e contínuos;
- ✓ Linhas de fomento para projetos pré-industriais e plantas piloto;
- ✓ Marcos regulatórios setoriais que incentivem a inovação e rever regulamentações que colocam obstáculos à inovação

## 6. Projetos Estruturantes e P&D em grande escala

- ✓ Consolidar a interpretação de que o apoio a grandes projetos é essencial para o desenvolvimento tecnológico da indústria;
- ✓ Tornar o fomento a grande projetos elegível para os Fundos de P&D e evitar engenharias financeiras complexas no fomento a estes projetos;
- ✓ Aportar recursos adequados para projetos estratégicos de grande porte e em áreas estratégicas da PDP.

## 7. P&D Pré-Competitivo

- ✓ Consolidar o entendimento de que o P&D pré-competitivo é essencial para o desenvolvimento tecnológico da indústria;
- ✓ Incluir o P&D pré-competitivo como elegível para os fundos públicos e aplicar esse modelo para áreas estratégicas da PDP II, com ênfase na indústria de processo;
- ✓ Estudar modelos institucionais de cooperação entre setor público e privado para P&D pré-competitivo (consórcios, OS, etc.);

## 8. Inovação para PMEs

- ✓ Dar prioridade à redução dos diferenciais de produtividade que existem entre PMEs e grandes empresas no Brasil;
- ✓ Fomentar a melhoria da gestão da inovação, a difusão de tecnologia e os serviços técnicos e tecnológicos voltados às PMEs;
- ✓ Apoiar arranjos produtivos locais e cadeias de fornecedores, como forma de atuar em larga escala na melhoria da inovação nas PMEs.

## 9. Programas Setoriais de Inovação

- ✓ Incorporar uma forte agenda setorial na política de inovação, com metas e objetivos estratégicos para cada segmento da indústria;
- ✓ Definir ações setoriais específicas para cada segmento e atuar sobre os aspectos sistêmicos de competitividade da economia brasileira;
- ✓ Aumentar a competitividade da indústria e conquistar posições no mundo com base na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Duas frentes:

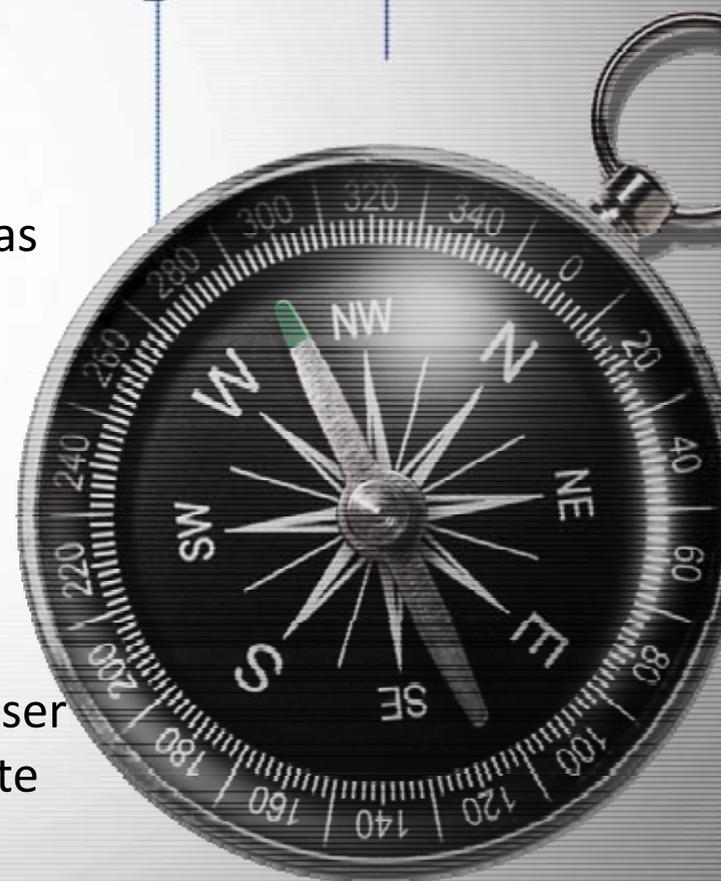
- ações de inovação incremental, difusão de tecnologia ou resolução de gargalos, que buscam competitividade no curto prazo;
- ações estratégicas de longo prazo para uma melhor inserção internacional, organizadas a partir de grandes projetos e encomendas feitas à empresas líderes e sua cadeia de fornecedores.

## 10. Articular políticas de CT&I e comércio exterior

- ✓ Atuar decisivamente na superação da valorização cambial, com um regime macroeconômico compatível com as ambições de desenvolvimento do país;
- ✓ Criar externalidades benignas para o setor exportador voltadas para a melhoria da qualidade e o enfrentamento de barreiras técnicas;
- ✓ Fazer opções setoriais e/ou privilegiar segmentos e empresas intensivas em tecnologia, combinando instrumentos horizontais de política com ações setoriais estratégicas que identifiquem oportunidades relevantes para o Brasil no mercado mundial;
- ✓ Superar a completa desarticulação que existe entre a política tecnológica e a política de comércio exterior, inclusive com uma revisão das responsabilidades das agências governamentais e com uma atualização do desenho institucional que dá suporte a estas políticas.

## Conclusão

- ✓ Parece claro que é hora de darmos um passo importante no **aprimoramento da pauta de inovação da PDP II**, debatendo o porque da baixa eficácia das políticas;
- ✓ Esta nova agenda precisa ser uma agenda focada no aumento da **competitividade** das empresas e em metas de conteúdos crescente de valor agregado e deve ter uma forte **ênfase no comércio internacional**;
- ✓ Essa agenda pressupõe um forte **protagonismo privado**, com compromissos efetivos e metas a serem acordadas, tanto em termos macro como setoriais;
- ✓ Essa **agenda exige urgência**, pois o mundo se transforma em grande velocidade e o papel que pode ser desempenhado pelo Brasil depende fundamentalmente de nosso empenho em **superar os desafios e nos inserirmos “de vez” na economia global.**





MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA  
**INOVAÇÃO**